



Intervenção sobre a Proposta nº 667/2017 - Contrato-programa celebrado com a Gebalis, na Assembleia Municipal de Lisboa de 23 de Janeiro de 2018

Na Proposta nº 667/2017 esta AML apenas vota o ponto 3, referente a uma nova repartição de encargos para a Gebalis, com o acréscimo de mais dois anos para execução do seu contrato-programa. A empresa requer uma alteração para reacerto temporal dos valores da repartição de encargos anteriormente aprovada para os anos financeiros de 2016-2020, mantendo o montante de 25 milhões €.

Para “Os Verdes”, o que será expectável?

Serão fulcrais a conservação do património habitacional municipal e a melhoria das respectivas condições de habitabilidade, garantindo uma adequada gestão do património nos bairros municipais, com envolvimento e responsabilização dos moradores e suas associações, estimulando a sua participação.

Que a empresa melhore o acesso à habitação municipal, visto existirem centenas de famílias sem condições, apesar de existirem fogos devolutos recuperados ou a aguardarem reabilitação. Subsistem problemas de insalubridade do espaço público e das zonas comuns dos edifícios, falta de equipamentos e de serviços de apoio à comunidade. Mas também adaptar fogos à utilização de cidadãos com mobilidade reduzida, ou dinamizar a vida local, incentivando a instalação de pequenas empresas nas lojas municipais que criem emprego e prestem serviços à população.

A Gebalis, que conta com 206 trabalhadores no seu Mapa de Pessoal e alargou a gestão da habitação municipal, passando a incluir os fogos da extinta EPUL, estima obter um resultado líquido positivo de 103 mil €.

O Plano de Atividades para 2018 expressa uma linha de continuidade de trabalho desenvolvido, mas com inesperados adiamentos devidos, de acordo com a empresa, a fiscalização prévia aos contratos por parte do Tribunal de Contas e a problemas internos às empresas concorrentes e/ou adjudicatárias, que terão sofrido insolvências e impugnações judiciais.

Sabemos que no final do ano foram entregues 12 chaves de casas municipais a outras tantas famílias. Mas, perante as expectativas criadas junto dos munícipes, há que garantir os prazos de execução calendarizados neste contrato-programa e a respectiva comunicação com os moradores.

E esse é o desafio que “Os Verdes” lançam: sr^a vereadora, pode apresentar-nos datas mais fiáveis, destacando, por exemplo, aquelas intervenções que dispõem de maior complexidade e de verbas mais avultadas, como o Bairro do Condado, a 2^a fase da Horta Nova, o Alto do Lumiar e o Bairro Padre Cruz? Finalmente, para quando novo Conselho Municipal de Habitação?

J. L. Sobreda Antunes

Grupo Municipal de “Os Verdes”